

Uma leitura atual sobre a construção política e social na filosofia de Blaise Pascal

Arlindo Nascimento Rocha

“Rei e tirano – também sobre isto eu terei cá minhas ideias. Tomarei cuidado em cada viagem. Grandezas de estabelecimento, respeito de estabelecimento. O prazer dos grandes consiste em poder fazer as pessoas felizes. É próprio da riqueza ser dada liberalmente. O particular a cada coisa precisa ser procurado. A proteção é própria do poder. Quando a força ataca a aparência, quando um simples soldado pega o barrete de um primeiro presidente e o joga pela janela [...]”.

Blaise Pascal

Resumo

Este artigo tem como objetivo central abordar a construção política de Blaise Pascal, que nas últimas décadas despertou interesse pelo seu pensamento que emerge, em primeiro plano, das concupiscências, a partir das quais se constituem a força, a imaginação, os costumes e as leis; e, com elas, a distinção entre as grandezas naturais e de estabelecimento. Seu pensamento deságua, numa contundente antropologia política, social e existencial. Assim, busca-se apresentar sua construção político-social, que é talvez o mais necessário e lúcido relativamente à condição humana que vive uma espécie de vazio, aniquilado pelo consumo, e marcado pela impossibilidade de obter um adequado grau de satisfação existencial. Sua visão política tem fundamento nos múltiplos pertencimentos do sujeito numa sociedade que favorece a transformação das condições existenciais nas quais o homem “pós-moderno” vivencia experiências desprovidas do sentimento de auto realização pessoal e de fuga da sua verdadeira condição insuficiente.

Palavra-chave: Pensador político. Antropologia política. Grandezas de estabelecimento. Grandezas naturais. Condições existenciais.

Résumé

Cet article a pour objectif/but l'abordage de la construction politique de Blaise Pascal, philosophe que pendant les dernières années a éveillé sa pensée qui émerge dans un premier plan des concoupsances à partir desquelles on constitue la force, l'imagination,, les habitudes, les lois.... Et avec tout cela la distinction entre grandeurs naturelles et d'établissement. Sa pensée va vider dans une contundante anthropologie politique, sociale et existentielle. Ainsi, il arrive de présenter sa construction politique, social peut-être le plus nécessaire, le plus lucide relativement à la condition humaine qui vit un espace de vide anihilé par la consommation et marqué par l'impossibilité d'obtenir un degré adéquate de satisfaction existentielle. Alors, sa vision politique est fondamentée sur les multiples appartenements du sujet dans une société qui favorise la transformation des conditions existentielles par lesquelles l'homme post-moderne prend partie des expériences dépourvues de sentiments d'auto-réalisation personnelle et de fuite de sa vraie condition insuffisante. Mots clés: penseur politique, anthropologie politique, grandeurs d'établissement, grandeurs naturelles, conditions existentielles.

Mots clés: Penseur politique. L'anthropologie politique. Grandeurs d'établissement. Grandeur naturelle. Conditions existentielles.

Introdução

Blaise Pascal, (1623-1662), natural de "Clermont-Ferrand", matemático, geômetra, físico, teólogo e filósofo moralista francês, foi também um extraordinário pensador político, que nas últimas décadas despertou interesse pelo seu pensamento. A importância dessa retomada tem sido pela crescente dissolução da imagem de um Pascal desinteressado pelos problemas éticos, políticos e sociais: em seu lugar tem aparecido um pensador consciente e enraizado nos problemas políticos de seu tempo, tendo em vista a atualidade do seu pensamento.

A reflexão política de Pascal incide sobre aquilo que os homens não deixam de apresentar no espaço social, ou seja, signos, visando legitimar sua autoridade face aos demais. Ele é considerado um extraordinário teórico da política, mas ainda desconhecido, uma vez que, seu pensamento político encontra-se

dissolvido em diversos fragmentos na sua obra maior, *Pensées*¹, (*Pensamentos*), e por isso, durante muito tempo sua erudição política permaneceu desconhecida do grande público.

Pascal se vê na pele de um sociólogo e político, um cidadão integrado na sociedade de sua época preocupado com a política e com os governantes, que no final da sua vida pronuncia palavras que mais tarde seriam transformados na obra que hoje conhecemos como “*Os três Discursos sobre a condição dos Grandes*”.

Pascal analisa o mistério que marca a condição humana, revelando “uma sensibilidade aguda para o fato de que o homem parece ser, um ser que, quando exposto a demasiada luz, se dissolve”. O conhecimento das coisas é um conhecimento do meio (*milieu*), isto é, um conhecimento das aparências. Ele submete todo tipo de atitude e conhecimento a uma contingência irremediável. o que nos leva a verificar que a “insuficiência humana” é algo passível de ser constatada de forma empírica em todas as dimensões da vida humana. “A hipótese explicativa do mito da queda é uma forma de iluminar um fato que por si só se impõe”, ou seja, o ser humano é empiricamente corrompido e,

[...] a ausência de uma referência para o conhecimento resulta da própria situação do homem como um ser do meio. Não somente como um meio entre o nada e o todo, meio entre meios, mas também como um meio que, na expressão de Catherine Chevalley, pode ser chamado de “interação generalizada” (CHEVALLEY, 1995, p. 40).

No pensamento de Pascal, ainda no séc. XVII é evidente a grande preocupação com os limites da racionalidade, o que o leva a fundar uma antropologia baseada na insuficiência racional do ser humano. Essa mesma preocupação torna-se mais visível no início do séc. XX, contrariando a teses dos racionalistas de que a natureza e a razão aparecem em relação constante, Segundo Hazard (1974) “a natureza era racional, a razão era natural, acordo perfeito”. Dessa forma, para os racionalistas, o conhecimento racional tinha uma potência quase

1 Obra apolégica de Blaise Pascal, escrita com o intuito de defender a cristianismo, foi publicada postumamente em 1670. Atualmente se dispõe de cinco tipos de edição, que seguem, na verdade, quatro princípios diferentes. A edição de Prosper Faugère, que tentou adivinhar a Apologia de Pascal, a partir dos fragmentos que dispunha; a de L. Lafuna, e Ph. Salier, que conservaram a ordem original dos maços, baseando-se o primeiro na primeira cópia e o segundo na segunda cópia; a de Brunschvicg, que classificou os fragmentos segundo uma ordem subjetiva; enfim, a de E. Marteneau, que tentou reconstruir os discursos a partir dos quais Pascal recortou seus fragmentos [...] (ADORNO, 2000, p. 17).

ilimitada, inclusive como facilitador da autonomia para o homem.

Contrariamente, Pascal, no frag. 199 dos *Pensamentos*, mostra que o conhecimento humano só pode ser um conhecimento mediano: “[...] que fará o homem senão perceber alguma aparência do meio das coisas, num desespero eterno de conhecer quer seu princípio, quer seu fim?”. A interpretação pascaliana da situação do homem e dos espaços infinitos que o assombram, mostra que o homem é,

[...] um nada em relação ao infinito, tudo em relação ao nada: um meio entre nada e tudo. Infinitamente afastado de compreender os extremos, o fim das coisas e o seu princípio estão para ele invencivelmente ocultos num segredo impenetrável; igualmente incapaz de ver o nada de onde foi tirado e o infinito que o absorve (PASCAL, 1995, p. 143).

Essa conclusão apresentada pelo autor parece contraditória, mas, segundo Parraz, torna-se compreensível, já que partindo do universo “[...] como referencial para ver o homem, este se torna um nada e, utilizando-se do homem como referencial para ver o infinito em pequenez, ele se torna um todo” (2008, p. 186).

Para Pascal, o homem parece, assim, condenado a uma errância sem fim entre todas as posições possíveis, sem poder jamais atingir a perfeição ou a totalidade dos seus conhecimentos. É verdade que jamais o conhecimento atingirá a essência das coisas, mas a errância e a oscilação permitem, na realidade, uma acumulação de pontos de vista que é a condição mesma do progresso do conhecimento, cuja perfeição não se dará se não no infinito, por aproximações sucessivas (ADORNO, 2000, p. 116).

Nas próximas páginas, teremos como foco principal o pensamento político pascaliano que concebe a ordem civil como a ordem da concupiscência, isto é, uma ordem que é produzida e regulada pela concupiscência. Trata-se de mostrar a novidade dessa ideia para em seguida apontar o modo como Pascal concebeu sua visão política, que emerge da concupiscência da carne, à qual se reporta a ordem civil.

Terei como suporte principal, a obra *Pensamentos Sobre Política*, de André Comte-Sponville, organizado a partir da obra de Brunschvicg, sem nenhuma ambição sistemática, mas de fácil e agradável leitura, como afirma o autor.

Uma leitura atual sobre construção política e social de Blaise Pascal

Analisando as grandes transformações atuais, principalmente aquelas que tornaram o marco da civilização ocidental, como seria possível não duvidar de certos discursos que almejam colocar a razão, como verdade última e julgadora absoluta de toda e qualquer ordem de conhecimento como queriam os modernos? Segundo Blaise Pascal² na sua obra póstuma *Pensées*, “o último passo da razão é reconhecer que há uma infinidade de coisas que a ultrapassam”.

Blaise Pascal, considerado um dos maiores pensadores da França do sec. XVII, dedicou alguns fragmentos ao poder, à justiça ou à força dispersas na obra póstuma *Pensées (Pensamentos)* sem ordem e por vezes esquecidos, perdendo assim, a força e a coerência. Para amenizar esse problema, André Comte-Sponville³, resolveu reunir, a partir da edição de Brunschvicg, os pensamentos políticos de Pascal, na obra intitulada *Pascal - Pensamentos Sobre Política*.

No final da obra, ele acrescenta ainda, os extraordinários *Três discursos Sobre a Condição dos Grandes*⁴, redigido por Pierre Nicole que os anotou e os publicou, cerca de dez anos mais tarde (1670), em seu *Traité de l'éducation d'un prince*, sob o título *Discours de feu M. Paschal sur la condition des Grands*. Suas palavras, pronunciadas em diferentes ocasiões, teriam como destinatário um filho da nobreza, certamente, o filho mais velho do duque de Luynes, futuro duque de Chevreuse.

A reflexão política de Pascal incide sobre aquilo que os homens não deixam de apresentar no espaço social, signos, mais geralmente sobre os signos cujo jogo, troca, composição, circulação constitui a própria vida desse singular domínio; ela

2 Blaise Pascal (1623-1662) é considerado um dos grandes nomes da filosofia e da matemática moderna, criando dois novos ramos: a teoria das probabilidades e a geometria projetiva. Foi um dos maiores representantes da corrente teológica denominada “jansenismo” (cf. nota 23), quando em 1659 decidiu deixar a pesquisa matemática para se dedicar ao pensamento teológico e se tornar um dos maiores críticos do pensamento iluminista.

3 Ex-aluno da *École normale supérieure* da *rue d'Ulm*, foi amigo de Louis Althusser. Por muito tempo foi *maître de conférences* da Universidade de Paris I: *Panthéon Sorbonne*, da qual se demitiu em 1998 para dedicar-se completamente a escrever e proferir conferências fora do circuito universitário. Desde 2008 é membro do *Comité Consultatif National d'Éthique* (Comitê Consultivo Nacional de Ética) do seu país.

4 Discursos pronunciados por Blaise Pascal, em seu leito, possivelmente no final de 1660, a seu amigo Pierre Nicole, que os anotou e os publicou, cerca de dez anos mais tarde (1670), em seu *Traité de l'éducation d'un prince*, sob o título *Discours de feu M. Paschal sur la condition des Grands*. Um dos últimos esforços reflexivos de Pascal, que iria morrer em 1662, esses discursos retomam, de modo sistemático, os fragmentos classificados sob o título “Razões dos efeitos” nos *Pensamentos*. Trata-se, portanto, de uma reflexão em torno do político. A ocasião em que ela se desenvolveu foi seu envio, em forma de carta, para Charles Honoré de Chevreuse, herdeiro do duque de Luynes.

é imediatamente *hermenêutica*, interrogação sobre a maneira de interpretar esses signos que, todos, podem lê-lo. Assim, esses signos exteriores de respeitabilidade, que, em grande quantidade os magistrados ostentam: suas roupas vermelhas, seus arminhos, com que se envolvem os palácios onde julgam, as flores de lis, todo esse aparato augusto era muito necessário. (ADORNO, 2000, p. 117).

Todos conhecem os fragmentos famosos e sublimes sobre os dois infinitos, a aposta, a morte, miséria e grandeza, razão e coração, o divertimento, angústia... Mas o que se sabe sobre a tirania? A propriedade? As leis? A escolha dos governantes? Sobre as pompas necessárias e mentirosas do poder? Léon Brunschvicg, em sua edição dos *Pensamentos*, chegou a agrupar esses fragmentos políticos em sua seção V, sob o título pascaliano de *Razão dos feitos*. Mas, os editores mais recentes, renunciando com Louis Lafuna a ordenar os fragmentos não classificados pelo próprio Pascal, quase todos abandonaram esse agrupamento. O único editor recente, a empreender um novo reagrupamento temático dos pensamentos, foi o Sr. Francis Kaplan, que não privilegiou o bastante o pensamento propriamente político.

Mesmo assim, Blaise Pascal, é considerado por muitos como sendo um extraordinário teórico da política, mas desconhecido, e que se arriscava, apesar dos avanços da erudição pascaliana, a permanecer assim por muito tempo. Seu pensamento é talvez mais atual e necessário em nossa época, por ser mais lúcido, mais desiludido, mais desesperado quando chamado a interpretar os signos sociais exteriores pelos quais a virtude da força, da justiça e do poder se mostram ou são vazios de significados, e, mesmo assim, tende a preencher a ausência das qualidades reais.

Numa entrevista à *Revista Cult*, o filósofo, Luís Felipe Pondé, assegura que: “a obra de Pascal ainda está em processo de reconhecimento. É uma obra difícil e pouco trabalhada no Brasil. Na França, evidentemente, é muito trabalhada. Fora de lá, Inglaterra um tanto. No Japão, há um *scholar* pascaliano. Não há nenhum trabalho que eu conheça importante publicado sobre Pascal fora da França. Seu pessimismo antropológico é que afasta muita gente dele, e não sua matemática. Sua teologia dura e ‘anti-humanista’, pouco simpática ao humanismo hedonista de nossa época, tende a assustar as pessoas. Todavia, qualquer pessoa que gosta de pensar a condição humana a sério em Pascal tende a trabalhá-lo. A descrença no ser humano, com o ceticismo político, críticas da democracia [...] crítica ao hedonismo materialista e a cultura da auto-estima”.

O extraordinário em Pascal é talvez o seu ceticismo, quando se refere ao estado atual da condição humana. Ele faz uma descrição do homem antes e de-

pois da queda. Antes, o homem possuía dois amores, um infinito, direcionado ao objeto infinito, Deus, e outro, finito, que é direcionado ao objeto finito, ou seja, a si mesmo. Com a queda, Deus abandona o homem e este passa a ter uma capacidade de amor infinito sem objeto, direcionando todo o amor infinito a si mesmo e às criaturas, ou seja, aos objetos finitos.

Após a queda, Pascal elabora uma antropologia da insuficiência e, como não poderia deixar de ser nesse domínio e em outros, ele não crê em nada: nem na justiça, nem nas leis, nem na tradição, nem no progresso. Ele só acreditava em Deus. O resto lhe parecia sob a luz impiedosa e desprovido de qualquer justificação e legitimação absoluta no que se refere ao homem, o que lhe valeu o título de mestre da descrença. Segundo ele, só há fatos, e os fatos nada fundamentam. Ao contrário de Galileu, Pascal afirma que o mundo não é um livro, do qual as matemáticas seriam a língua. Assim, para Pascal, o mundo não nos diz nada, ou seja, nada tem a dizer, e tal é o sentido do fragmento dos *Pensamentos*: “O silêncio eterno desses espaços me apavora”. Daí a física ser incapaz de encontrar Deus, ou mesmo buscá-lo, razão pelo qual, Descartes é “inútil” e incerto.

Porém, é preciso frisar que, jamais Pascal recusou totalmente o conhecimento racional, mas insiste rigorosamente nos seus limites. Para ele, ambos os filósofos Platão e Aristóteles se enganaram, uma vez que, não há nem mundo inteligível nem natureza finalizada. Há somente um mundo, há somente um universo infinito e seu silêncio eterno.

Para Pascal, é preciso renunciar a viver conforme a natureza, como diziam os antigos, especialmente em se tratando da política, ou seja, renunciar a toda ideia de um direito natural. No frag. 304 o nosso autor descreve a formação do Estado como um processo natural de dominação no qual a força desempenha o papel principal.

[...] Imaginemos, portanto, que os vemos começando a se formar. É fora de dúvida que lutarão até que a parte mais forte oprima a mais fraca e que haja, em fim, um partido dominante. Determinando isso, os senhores, que não desejam a continuação da guerra, ordenam que a sucessão da força que tem nas mãos se processe como lhe convém [...] (PASCAL, 1979, p. 114).

A única lei que vigora nessa disputa é a do mais forte. Ao contrário dos

contratualistas, Hobbes, Locke e Rousseau⁵, que celebram um contrato para por fim à guerra, dispondo, a partir daí, da garantia e segurança da propriedade por meio das leis instituídas e tendo como reguladora dos eventuais conflitos a figura do soberano. Segundo Pascal:

[...] não é estranho que [os estados] se conservam ao se curvar, e isso não é propriamente se conservar, pois, com o tempo eles acabam por perecer inteiramente: não há estado que tenha durado, mais de mil anos [...] (PASCAL, 1994, p. 73).

Pascal, ao contrário de um utópico, conhece bem os homens para depositar neles qualquer esperança. Seu anti-humanismo leva-o a afirmar, que, crer no homem seria pecar contra Deus, daí essa “violência desesperada”, como diz Maritain, que Pascal emprega para “desnudar” a realidade para tudo julgar como fato, não conforme o direito.

Portanto, quando se trata de política, para Pascal, não há nem justiça natural, nem verdadeiro bem, nem poder realmente legítimo. O homem, animal desnaturado; “certamente existem leis naturais, mas essa bela razão corrompida tudo corrompeu” (fr. 76), restando o fato da força e das relações de força, ou seja, na política, a disputa é entre o poder e a luta pelo poder. Um rei nada vale, um duque nada vale, mas é um fato, e esse fato é a força. A mesma coisa acontece à riqueza: ela não é jamais devida nem merecida, certamente a igualdade dos bens é justa, mas a força decidiu de outro modo, e a riqueza é uma força que atenta sobre os direitos do homem.

O mundo da força, portanto, está longe de se reduzir às forças físicas: o poder é o jogo de forças, sobretudo imaginárias ou simbólicas. A imaginação começa a desempenhar seu papel depois que a força estabeleceu seu império.

[...] é aí que a imaginação começa a desempenhar seu papel. Até então a pura força o fazia, agora é a força que se liga a imaginação a um certo partido[...] ora, esse laços que ligam o respeito, a este ou àquele em particular são laços de imaginação (PASCAL, 1994, p. 35).

Portanto, a força é que é primordial e continua sendo, mas, às vezes nos

⁵ Esses três grandes pensadores modernos marcaram a reflexão sobre a questão política. É possível encontrar um ponto comum que perpassa o pensamento deles a respeito da política: a ideia de que a origem do Estado está no contrato social. Parte-se do princípio de que o Estado foi constituído a partir de um contrato firmado entre as pessoas. Aqui se entende o contrato como um acordo, um consenso, não como um documento registrado em cartório. Além disso, a preocupação não é estabelecer um momento histórico (data) sobre a origem do Estado. A ideia é defender que o Estado se originou de um consenso das pessoas em torno de alguns elementos essenciais para garantir a existência social.

esquecemos disso, ludibriados que somos pelos símbolos ou pelo hábito, e nada seria sem ela. Existe apenas força, da qual a opinião faz parte e se origina. É a própria política: não se trata de ter razão, mas ser mais forte, isto é, mais numeroso.

Não há melhor regime possível, não há sociedade ideal, mas nem todos os males se equivalem. Aliás, sabe-se que Pascal, por mais obediente às leis que fosse, não se privou de seu direito à crítica. Para ele, a política não é tudo, a moral também tem suas exigências, escarnecendo do poder assim como o poder escarnece da moral. Ante uma lei iníqua, alguém pode ser condenável, moralmente, por resignar-se a ela ou por obedecer a ela. A moral não pode se reduzir à política como tão pouco a política à moral. O que pode a virtude contra a força? O que vale a força contra a virtude? Pascal considera apenas a força e o efeito que dela deriva, e, não podendo assim fazer que o justo fosse forte, se faz com que o forte fosse justo.

Pascal é o filósofo que separa as ordens, e por isso, sua filosofia é trágica. Esse trágico é do homem, esse trágico é o próprio homem. Em política, ele se interessa por aquilo que é, não pelo que deve ser. Por isso, descreve a metáfora das três ordens que representam três movimentos que se dirigem cada qual a um objeto diferente ou a um modo diferente de considerar o mesmo objeto da parte da vontade: a ordem da carne, do espírito e da vontade: os carnais [*charnels*] são os ricos, os reis. Eles têm por objeto o corpo; os curiosos e eruditos [*savants*], eles têm por objeto o espírito; e os sábios que tem por objeto a justiça.

Segundo Pondé (2001, p. 30), percebe-se, entre outras coisas após a leitura de ambas as citações, a relação estreita entre a divisão das ordens e o tema das três concupiscências básicas: a concupiscência da carne, concupiscência dos olhos e orgulho. Porém, segundo Pascal, a ordem da política é a ordem da carne: “os carnais são os ricos, os reis: eles têm por objeto o corpo”. As três ordens são distintas e opostas com frequência⁶. Que sejam hierarquizadas é uma evidência. Mas, essa hierarquia é sem eficácia, uma vez que, por mais que sejam hierarquizadas permanecem distintas e independentes umas das outras. Cada ordem considerada em si mesma é ao mesmo tempo completa e fechada em si mesma, o que Jean Mesnard chama “princípio da independência, da comunicabilidade das ordens”.

6 Concupiscência da carne, concupiscência dos olhos, orgulho [...] nas coisas da carne, reina propriamente a concupiscência; nas espirituais a curiosidade, na sabedoria, o orgulho propriamente [...] (PASCAL 1994, p. 64).

A política não basta, e nem pode bastar, e, muito menos o conhecimento. O apolitismo não é mais do que uma tirania invertida, que faz o jogo de todas; quem quer fazer o anjo faz a besta. Contudo, a ordem política e jurídica constitui certamente “uma regra admirável” punindo o crime, a violência e a violação de qualquer ordem.

Como foi referido, a reflexão política de Pascal incide sobre aquilo com que os homens não deixam de apresentar no espaço social. Assim, no frag. 298, dos *Pensamentos*, “Justiça e força”, Blaise Pascal, sintetiza com genialidade os limites da justiça e poder. Assim, transcrevemos conceitos tão necessários no nosso mundo político, onde a possibilidade do renascimento dos totalitarismos é sempre uma ameaça. Num momento em que as pesquisas valem mais do que a ética, sendo parâmetro único para conquista do poder vale a pena reler o que escreveu o pensador francês. No fragmento supracitado, Pascal expõe o modo pelo qual a força passou a ser justificada.

“É justo que o que é justo seja seguido, É necessário que o que é mais forte seja seguido. A justiça sem a força é impotente, a força sem a justiça é tirânica. A justiça sem a força será contestada, pois sempre há malvados; a força sem a justiça é acusada. É preciso, pois reunir a justiça e a força e, para tanto, fazer com o que é justo seja forte ou o que é forte seja justo. A justiça está sujeita a disputas: a força é fácil de reconhecer e incontestável. Assim, não se pôde dar a força à justiça, porque a força contradisse a justiça, dizendo que está era injusta; e assim, não podendo fazer com que o que é justo fosse forte, fez-se com que o que é forte fosse injusto”. (PASCAL, 1988, p. 113)

A interpretação dos signos sociais deve estabelecer se remetem a qualidades reais ou se não são mais do que dignos vazios. O fato de as pessoas imaginarem que são fortes por estabelecimento ou por natureza não muda nada como se deve respeitar; o que muda, em contrapartida, é o modo de estabelecimento. Como Hobbes (1588-1679), Pascal descreve um estado de natureza caracterizado por uma guerra permanente e total de todos contra todos. Segundo Pascal (1994, p. 150),

Todos os homens se odeiam naturalmente entre si. Utilizamos como podemos a concupiscência para fazê-la servir ao bem público. Mas é só fingimento, e a falsa imagem da caridade; pois, no fundo é só ódio.

Os homens só saem desse estado graças à instituição de signos que substituem a força como qualidade real. A interpretação dos signos sociais permite distinguir radicalmente aqueles naturais, pertencentes à ordem da carne, que remetem a qualidade bem real, daqueles, arbitrários e pertencentes à ordem do espírito, que são vazios. Estes últimos têm absoluta necessidade de apoio da força.

A definição em ordens permite definir noções políticas tradicionais de maneira específica. Mas seu interesse consiste no fato de que ela fundamenta a visão da política e da sociedade. Como já vimos, Pascal divide as coisas em três ordens: corpo, espírito e caridade. As duas primeiras pertencem à categoria geral da concupiscência, pois estão sob a ação da vontade ferida pelo pecado original, mas a caridade constitui uma ordem intimamente diferente: é apenas quando a vontade está curada de seu pecado que ela pode orientar-se para as coisas segundo a caridade. Entretanto, de uma a outra, há uma relação de figuração, sendo o reino da concupiscência uma figura do reino da caridade. E a grandeza do homem reside na sua capacidade de extrair da concupiscência a figura da caridade.

Pode-se, a partir dessa figuração e tirar a conclusão de uma justiça parcial da ordem da sociedade? Para responder a essa pergunta, deve-se ler os *Três Discursos Sobre a Condição dos Grandes*, especialmente o terceiro dos discursos. Três discursos breves, simples, mas de uma riqueza extraordinária que revelaram Pascal na veste de um sociólogo e político, de um cidadão integrado na sociedade de sua época e preocupado pelo bem andamento e funcionamento da coisa pública a cargo dos governantes.

Esses discursos, segundo Aquino (2005), foram pronunciados por Blaise Pascal, em seu leito, possivelmente no final de 1660, ao seu amigo Pierre Nicole, que os anotou e os publicou, cerca de dez anos mais tarde, em seu *Traité de l'éducation d'un prince*, sob o título *Discours de feu M. Pascal sur la condition des Grands*⁷. Um dos últimos esforços reflexivos de Pascal, que viria a morrer em 1662. Esses discursos retomam, de modo sistemático, embora menos ousados conceitualmente, os fragmentos classificados sob o título "Razões dos efeitos" nos *Pensamentos*. Trata-se, portanto, de uma reflexão em torno do político.

Nesse discurso, Pascal retoma, de forma concisa e, às vezes, elíptica, as três dimensões de seu pensamento, que seguem da divisão do texto em três

7 No francês do século 17, o termo "grand" indica, entre outras coisas, importância social, na maior parte das vezes com base em título nobiliário. A análise pascaliana da condição dos "grandes" trata, então, da humana condição os nobres governantes.

discursos. Os três tratam da grandeza, da dignidade do cargo exercido. Em primeiro lugar, está a reflexão sobre a condição humana que ocupa a maior parte dos maços que iriam compor sua apologia da religião cristã. Adverte e previne contra o defeito de se desconhecer a si próprio e de imaginar que todos os bens que usufrui um homem que se reveste de altas dignidades lhe sejam devidos por sua posição e façam parte dele como se fossem direitos de nascença.

Em segundo lugar, encontra-se a concepção pascaliana da segunda natureza, cuja origem são os conceitos teológicos de pecado original e queda, em que o homem se encontra em seu estado de decaimento após o pecado original. A existência humana se constitui como “hábito”, “costume”, e não como “*nature vraie*”. Pascal adverte contra o defeito de se considerar senhor de tudo e acima de todos, pouco importando as qualidades e virtudes que devem honrar a pessoa de todo o governante. Ao exigir o respeito e a submissão dos outros, o dignitário deve cultivar o respeito que deve a seus semelhantes e subalternos. Nesse ponto, a concepção pascaliana de segunda natureza embasa a crítica das noções de lei natural e direito natural; constitui sua distinção entre grandezas de estabelecimento e grandezas naturais.

É importante assinalar que Pascal na sua apologética considera unicamente as grandezas naturais, ou seja, as qualidades que independem de qualquer instituição externa:

Há no mundo duas espécies de grandezas: grandezas de estabelecimento e grandezas naturais. As grandezas de estabelecimento dependem da vontade dos homens, que julgaram com razão dever honrar certas posições e associar a elas certos respeitos. [...] As grandezas naturais são aquelas que independem da fantasia dos homens, porque consistem em qualidades reais e efetivas da alma ou do corpo, que tornam ambos mais estimáveis, como as ciências, a luz do espírito, a virtude, a saúde, a força (1994, p. 83-84).

Observa-se claramente que Pascal mantém “em segredo” que todo o estabelecimento legal nasce da força e, pela ação da imaginação do povo como elemento de legitimação da lei que lhe é inerente.

Em terceiro lugar, admoesta o dignitário a não se deixar levar pela licenciosidade e pelas oportunidades que têm de satisfazer a todas as suas inclinações por causa de sua posição e de seus bens, esquecendo de que sua grandeza deve estar a serviço dos outros e não a serviço de seus próprios caprichos e desregramentos, levando ao desprezo e abandono daqueles que lhe são submissos.

De modo sucinto, Pascal concebe o desenvolvimento positivo das concupiscências, das necessidades e dos desejos humanos como “qualidades naturais”. Esta concepção assentada no respeito ou estima pelas qualidades distintivas dos indivíduos.

Com o propósito de contextualizar os reflexos atuais do pensamento político de Pascal, coloca-se a seguinte questão: o que tal pensamento é capaz de oferecer aos democratas? Talvez um pouco de lucidez acerca deles próprios e da democracia. Os democratas devem defender a democracia contra os tiranos, ou seja, contra quem pretende impor o poder do verdadeiro (tirania dos especialistas: tecnocracia) ou do bem (tirania dos sacerdotes ou dos moralistas: ordem moral). Mas o ridículo ameaça também a democracia por dentro. Uma tirania democrática não é algo contraditório: no dia em que votarmos para saber o que é verdadeiro ou o que é o bem, serão o fim da liberdade do espírito.

Com certeza, o pensamento político de Pascal é muito atual e nos auxilia na compreensão da sociedade em que vivemos. Ele é muito conhecido pelo seu pensamento um tanto quanto trágico e podemos dizer até um pouco pessimista em relação à antropologia e ao estado em que o ser humano se encontra. Para ele, a sociedade humana nada mais é que uma organização das forças da luxúria de uma forma tão pouco prejudicial, e tão benéfica quanto possível.

A inquietação política moderna traz à tona a atualidade do pensamento pascaliano e marca profundamente a visão de mundo. As questões levantadas por Pascal em seu “ceticismo”, dos últimos séculos que refluía a confiança nas ciências na busca de controlar a natureza, ao mesmo tempo em que “*rien est vrai, tout est permi*”, mostram sua faceta atualíssima, na medida em que corriqueiramente acreditamos numa sociedade mais justa e igualitária baseado em princípios democráticos.

Para Pascal, a sociedade mostra-se como o reino da força pura. Por isso, tentar tornar mais justa a sociedade é a última e a mais perigosa das ilusões. Sociedade essa, que, segundo Pondé (2014), é disjuntiva (conflituosa, contraditória, sem nenhuma cura possível), gerando conflitos contínuos dentro da estrutura, causando problemas intermináveis a serem administradas por instâncias responsáveis pela vida social e política. Ele concebe a ordem civil como uma ordem da concupiscência, isto é, uma ordem que é produzida e regulada pela concupiscência.

Ele concebe dois tipos distintos de sociedade: a Igreja e o Estado. A primeira é uma sociedade hierarquizada na qual só a vontade da cabeça, isto é, Jesus Cristo: todos os membros devem conformar-se à sua vontade. Já o Estado

é o produto da imaginação, não tem nenhum fundamento transcendental.

Pascal observa que as leis civis devem ser respeitadas não porque têm uma justiça fundamental, mas porque são leis: sua vantagem é que, uma vez tendo sido estabelecidas pela força, limitam os distúrbios, a sedição e o derramamento de sangue, o que as tornam legítimas. Porém, ele não nega que, às vezes é necessário, como acontece atualmente, protestar contra certos abusos do poder político, quando existe conduta abusiva na utilização de recursos financeiros, públicos ou privados, ou de acesso a bens ou serviços em virtude do exercício de cargo público que tenha potencialidade para gerar desequilíbrio entre os candidatos, afetando a legitimidade e a normalidade das eleições.

Considerações finais

Segundo Pascal, a interpretação dos signos na política deve estabelecer se remetem a qualidades reais ou a signos vazios. Para ele, a presença de signos exteriores demonstra que, seus usuários não possuem nenhuma “ciência”, possuindo, portanto, apenas ciências imaginárias. Ele é um forte crítico da lei e considera a justiça e a verdade como dois pontos sutis que os nossos instrumentos são demasiado redutores para tocar exatamente. Pascal condena fortemente os ideais imperfeitos, porém, mostra que o homem deve usar as regras da sociedade em que vive para marcar sua jornada terrena. Para ele o homem está condenado à pobreza perpétua.

Pascal reconhece que o homem é incapaz de conhecer a verdade, uma vez que, sua natureza foi corrompida pelo pecado, e, entre as escolas que prejudicam seu julgamento, há aqueles que chamam de “poderes enganosos”. A “força” é um conceito-chave na concepção política de Pascal, pois embora elogie a autoridade, porque faz cumprir as leis, apresentando-os como justos, ao mesmo tempo é cético em relação a eficácia da mesma, uma vez que, nenhum homem está preparado para governar os demais, tendo em conta que ambos se odeiam mutuamente. Pascal é realmente muito pessimista relativamente ao destino e ao lugar que o homem ocupa na sociedade e o que ele pode fazer na política.

Sobre a matéria dos “grandes”, presente nos *Três discursos Sobre a Condição dos Grandes*, editados postumamente por Pierre Nicole, pode-se concluir que, ao contrário de alguns, temerosos de um Pascal revolucionário, seu discurso político é legitimado pelas bases clássicas, que são claras em autores anteriores. Para Pascal, prevenir qualquer revolta é a garantia da paz no Estado. Para tanto, não basta a arte do bem governar: é preciso usar a força. Ora, como

a força não se deixa manipular por se tratar de uma qualidade palpável, ao passo que a justiça se presta a isso, por ser uma qualidade espiritual, manipula-se a justiça para justificar a força. Esvaziado o velho conceito de justiça: “dar a cada um o que lhe é devido”, esta passa a ser o disfarce da força. Os homens passaram a conviver em paz, apesar da concupiscência. Mas, para que essa convivência seja pacífica, é preciso adequar a justiça ao reino da concupiscência.

A inquietação política moderna traz à tona a atualidade do pensamento pascaliano que marca profundamente a visão do mundo e dos princípios democráticos. É visível que o ser humano convive com vários sintomas negativos a respeito do funcionamento dos mesmos. Em primeiro lugar, a síndrome atitudinal da desconfiança e da insatisfação associada à indiferença em face das alternativas a respeito do regime político e, com menos intensidade, com a preferência pelo autoritarismo. Ou seja, a desconfiança e a insatisfação geram distanciamento, cinismo e alienação em relação à democracia. Em segundo lugar, os cidadãos desconfiados e, ao mesmo tempo, insatisfeitos com o funcionamento da democracia são aqueles que, colocados diante de alternativas anti-institucionais, preferem um regime democrático para o qual os partidos políticos e o parlamento têm pouca ou nenhuma importância.

Referências

ADORNO, F. P. **Pascal**. São Paulo: Estação Liberdade, 2008, 1. ed. (Coleção Figuras do Saber).

CHEVALLEY, C. **Pascal Contingence et Probabilités**. Paris: PUF, 1995.

CUNHA, P. F. **Pascal, Justiça(s) e Poder(es)**. Convite ao Estudo da Filosofia Jurídica e Política em Blaise Pascal. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/2879-8045-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

HAZARD, Paul. **O Pensamento Europeu do século XVIII**, v. I e II. Tradução de Carlos Grifo Babo. Lisboa: Editora Presença, 1974.

PARRAZ, I. **O duplamente infinito e a situação do homem na natureza em Blaise Pascal**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/~posfil/Pragmatismo/cognitio_estudos/cog_estudos_v5n2/cog_est_52_Parraz.pdf>. Acesso em: 5 out. 2014.

SILVA, A. G. PASCAL: **Cientista e Filósofo Místico**. São Paulo: Lafonte, 2011. (Coleção Filosofia Comentada).

PASCAL, B. **Três Discursos sobre a Condição dos Grandes**. Tradução de João Emiliano Fortaleza de Aquino. Disponível em: <<http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/V2N4-Tres-discursos-sobre-a-condicao-dos-randes.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. **Pensées** (trans. Honor Levi) Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. **Pensamentos**. Tradução de S. Milliet. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

PONDÉ, L. F. **A Era do Ressentimento**. 1. ed. São Paulo: LeYa, 2014.

_____. **O Homem Insuficiente: Comentários de Antropologia Pascaliana**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. (Coleção Ensaios de Cultura).

CURI, Fabiano. Entrevista. Revista CULT. São Paulo, ed. 88. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/meditacoes/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

SPONVILLE, A.C. **Pascal - Pensamentos sobre Política**. 1. ed. Tradução de Paulo Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 1994 – São Paulo. (Coleção Clássicos).